

**A leitura do espaço na perspectiva das Ordens Militares: memória  
documental**

**XXIX Encontro da APHES  
(FLUP, 13 e 14 de Novembro de 2009)**

**Paula Maria de Carvalho Pinto Costa  
FLUP e CEPESE**

As Ordens Militares em geral implementaram estruturas territoriais e administrativas que reflectem a sua concepção de espaço e interpretação territorial. No caso das que tiveram origem no Levante esta concepção é muito complexa e assenta na articulação de várias instâncias desde a estrutura central e directiva de carácter agregador, à base, ou seja à comenda, passando pelas instâncias provinciais.

A leitura do espaço feita pelas Ordens Militares deve ter em vista tanto uma abordagem a uma escala micro (a forma de descrição das pequenas parcelas patrimoniais que constituem o seu domínio num tempo concreto, com objectivos de gestão) como a uma escala macro (a descrição da estrutura territorial supranacional, emanada do Oriente Latino, no caso Templário e Hospitalário). Ambos os exercícios incidem em campos de observação que importa privilegiar, não apenas numa perspectiva sincrónica, mas também diacrónica, que nos permita conhecer o carácter evolutivo deste património. As Ordens Militares desenvolveram vários horizontes de interpretação e organização do espaço, em grande medida como consequência da diversidade da sua acção.

A organização em comendas e o carácter destes núcleos, a par da documentação que se conserva nos arquivos portugueses, têm sido, até ao presente, inspiradores de estudos sobretudo de índole económica. A própria documentação, nomeadamente os cartulários, traduz esta estrutura comendatária. Não raramente, os cartulários eram resultado da necessidade de garantir privilégios e o respeito por certos documentos relacionados com a gestão dominial. A matriz comendatária é, de facto, modeladora. Vejamos um exemplo

esclarecedor. O *Livro dos herdamentos e doações do mosteiro de Leça*<sup>1</sup> é composto por um total de 2825 registos-sumários de documentos relacionados com a Ordem do Hospital, não datados e agrupados geograficamente de acordo com um critério de divisão em comendas, num total de 29 núcleos assim classificados<sup>2</sup>. Foi escrito no século XVI, sob a responsabilidade do Grão Chanceler da instituição, Fr. Cristovão de Cernache Pereira. A metodologia empregue na elaboração deste códice-inventário, bem como as razões que presidiram à sua redacção ultrapassam os objectivos imediatos deste trabalho, pelo que não serão objecto de tratamento.

De capital importância são os cartulários relativos às Ordens do Templo (1119-1150; 1150-1317)<sup>3</sup> e do Hospital (1100-1310)<sup>4</sup>, que englobam documentação dos tempos iniciais da existência destas Ordens e, como tal, correspondem à fase mais activa da constituição dos seus domínios e à formulação da sua plataforma de privilégios papais e reais. Estes cartulários traduzem a produção de uma memória colectiva centralizada e corporizada na cúpula directiva das instituições a que se reportam. Significa isto que a memória da instituição tem um sentido globalizante, é una e não é construída em função dos diferentes núcleos regionais, pelo que as mencionadas circunscrições territoriais teriam o seu valor enquanto núcleos económicos e administrativos de uma organização que não se compadecia com as fronteiras políticas. O mesmo raciocínio é válido quando aplicado ao discurso cronístico produzido pela Ordem do Hospital<sup>5</sup>.

Até ao séc. XIII, as fontes documentais que respondem à problemática da leitura do espaço, no caso das Ordens Militares, são escassas, fragmentárias e sem continuidade cronológico-espacial; só no séc. XVI é que esta realidade se

---

<sup>1</sup> IANTT, *Colecção Costa Basto*, nº 4.

<sup>2</sup> As comendas que sustentam a organização dos documentos são: Leça, Chavão, Santa Marta, Távora, Aboim, Faia, Moura Morta, Poiares, Corveira, Ervões, S. Cristóvão, Algosó, Barrô, Fontelo, Vila Cova, Trancoso, Ansemil, Guarda, Covilhã, Oleiros, Sertã, Belver, Coimbra, Santarém, Lisboa, Vera Cruz de Marmelar, Moura, Elvas e Crato.

<sup>3</sup> *Cartulaire général de l'ordre du Temple (1119?-1150). Recueil des chartes et des bulles relatives à l'ordre du Temple*, edição do Marquês d'Albon, 2 volumes. Paris : H. Champion, 1913-1922. A documentação não incorporada nesta obra, está reunida na Biblioteca Nacional de França e foi alvo de trabalho de LÉONARD, Émile G. – Introduction au cartulaire manuscrit du Temple: 1150-1317. In *Gallicarum militiae Templi domorum*. Paris : H. Champion, 1930.

<sup>4</sup> *Cartulaire général de l'ordre des Hospitaliers de Saint-Jean de Jerusalem (1100-1310)*, edição de Jean Delaville Le Roulx, 4 volumes. Paris, 1894-1906.

<sup>5</sup> BOSIO, Giacomo - *Dell'istoria della Sacra Religione et Ill.ma Militia de San Giovanni Gierosolimitano*, Parte III, Roma, Facciotto, 1602.

altera radicalmente com a generalização dos livros de visitação, aos quais se podem anexar tombos de propriedade, mais-valias excepcionais para esta análise, e abundantes sobretudo no caso das Ordens de dimensão ibérica (Santiago e Avis / Calatrava). Ao nível documental, sobressai a distinção entre os documentos normativos, com uma linguagem uniformizadora e centralizadora por referência aos conventos dirigentes, e os actos escritos que resultam da gestão quotidiana da propriedade, como os prazos.

As fontes documentais essenciais para o estudo proposto provêm de várias origens e estão preservadas em diversos fundos arquivísticos. Com efeito, e escolhendo para ilustrar um dos exemplos mais complexos pela sua própria dimensão, - a Ordem do Hospital - podemos seleccionar documentos tanto do Grão-magistério (fundos fiscais, judiciais e administrativos), como dos priorados (tombos de propriedade, prazos, vedorias e livros de visitação). Diversas séries documentais externas à Ordem, compostas por documentação régia (registos de chancelaria, inquirições, cortes), episcopal, monástica (sentenças relacionadas com a confrontação das propriedades e com contendas sobre o domínio espacial), concelhia (actas de vereação) e particular (testamentos), contêm, também, informação indispensável para o estudo da forma como as Ordens interpretavam o espaço em que se movimentavam.

O espólio diplomático da Ordem de S. João, existente em arquivos portugueses, provém essencialmente de fundos pontifícios, régios, episcopais e monásticos e tem especial incidência nas questões que colocam a Ordem frente a outras esferas de poder. O extravio dos arquivos locais dos Sanjoanitas é um sério obstáculo ao esclarecimento da nossa matéria. Esta desagregação dos núcleos documentais deve-se a múltiplas razões, como as campanhas de obras na sede da circunscrição portuguesa (Mosteiro de Leça), a transferência, no séc. XIV, da sede do Priorado português de Leça para Santa Maria da Flor da Rosa (Crato), os sucessivos episódios de guerra que atingiram o património da Ordem e certos conflitos políticos (a exemplo do que se passou na década de 30 do séc. XVII, altura em que D. João de Áustria invadiu o Crato e incendiou as instalações dos Hospitalários). A estes factores podemos acrescentar, no plano internacional, as sucessivas deslocações geográficas da sede conventual em função do avanço turco no Mediterrâneo oriental (de Jerusalém a Roma, passando por S. João de

Acre e pelas ilhas de Rodes e de Malta)<sup>6</sup>, que deram lugar a largas perdas do acervo documental. O extravio de uma parte considerável dos registos escritos e a desorganização do cartório da Ordem do Hospital também derivam dos próprios trajectos burocráticos descritos pela documentação (das comendas ao capítulo provincial e daqui para os órgãos centrais de governo e vice-versa) e da descentralização de uma boa parte destes arquivos de índole local, guardados nas comendas de acordo com o arbítrio dos respectivos comendadores. Em função de todas estas circunstâncias, somos confrontados com documentação que não foi produzida com o objectivo particular de dar a conhecer o espaço, que foi escrita fora dos referenciais conceptuais e terminológicos próprios da instituição e que, quando produzida pelos freires, valoriza sobretudo a dimensão legislativa e reguladora das práticas, oferecendo uma imagem teórica deste problema.

A leitura dos textos normativos responde directamente a questões relacionadas com a administração da propriedade, proporciona uma imagem muito *standardizada* e estática do património, nomeadamente da sua organização em comendas, enquanto elemento base da sua gestão. Na verdade, conhecemos sobretudo documentação produzida com o objectivo de fixar comportamentos (textos normativos) e a memória económica e jurisdicional (prazos, tombos de propriedades, direitos exercidos). Os documentos legislativos enfatizam o funcionamento orgânico e uniformizam, de forma superficial, uma diversidade que teria uma grande expressão e que é preciso debelar caso a caso. Tendo em vista esta análise mais específica, deve valorizar-se a terminologia utilizada nas fontes documentais. As imprecisões do vocabulário associado à descrição do espaço poderão justificar a elaboração de glossários, contribuindo para a definição mais rigorosa de alguns conceitos e evitando a generalidade com que muitas vezes são usados. Neste sentido, importa definir com rigor o vocabulário técnico associado ao espaço confiado às Ordens Militares, como, por exemplo, as comendas, em função da documentação específica de cada um destes núcleos territoriais.

Para além dos textos reguladores, a tipologia dos documentos utilizados para este fim específico oscila entre doações, emprazamentos, escambos e

---

<sup>6</sup> Em 1187, pela queda de Jerusalém, em 1291 pela queda de S. João de Acre, em 1522 pela perda de Rodes. Relacionado com as questões em apreço, veja-se, LUTTRELL, A. – The Hospitallers' Early Written Records. In *The crusades and their sources. Essays presented to Bernard Hamilton*. Edited by J. France and W. G. Zajac. Aldershot: Ashgate, 1998, p. 135-154.

compras, de resto, os mais comuns nos cartórios deste género, podendo acrescentar-se tombos, visitas e inventários do património realizados no período em que as comendas se encontravam vagas por morte dos seus titulares.

A necessidade de percebermos a eventual especificidade das Ordens Militares ao nível da problemática em discussão conduz-nos a uma perspectiva comparativa entre as diversas Ordens Militares e entre estas instituições e outras eclesiásticas, como monásticas, episcopais e catedrálcias. À partida, é defensável a falta de originalidade dos documentos avulsos e dos cartulários das Ordens Militares<sup>7</sup> e a sua inserção lógica na cultura jurídica corrente, utilizando formas de interpretação do espaço e traduzindo-as documentalmente, como outras instituições o faziam, pese embora a organização em comendas que as distingue de todas as outras.

Quando as Ordens Militares se instalaram no Condado Portucalense foram chamadas a integrar o plano de reconquista e estavam sujeitas a diversos condicionalismos, como quaisquer outros agentes envolvidos neste processo, o que as levaria a assumir comportamentos comuns a outros senhorios e a aproximarem-se de modelos régios. Ao nível da concepção da gestão do espaço utilizam a mesma linguagem descritiva e jurídica que outras instituições eclesiásticas, não havendo lugar a especificidades marcantes. No entanto, no plano organizativo ressaltam as diferenças, na medida em que as Ordens Militares contam com supra-estruturas que supervisionam e articulam o seu património.

O prolongamento da análise para uma cronologia mais tardia - o séc. XVI - abre outras perspectivas de investigação, dado que as visitas e os tombos de propriedade que lhe estão anexos oferecem múltiplas hipóteses de leitura do espaço<sup>8</sup>. De uma maneira geral, as Ordens definiram diversos procedimentos protocolares a respeitar durante as visitas<sup>9</sup>. Desta forma, fizeram-se autênticas

---

<sup>7</sup> LE BLÉVEC, Daniel; VENTURINI, Alain – Cartulaires des Ordres Militaires. XII<sup>e</sup>-XIII<sup>e</sup> siècles (Provence occidentale – Basse vallée du Rhône). *Mémoires et Documents de l'École des Chartes. Les Cartulaires*, nº 39. Paris : École des Chartes, 1993, p. 451-465.

<sup>8</sup> PIMENTA, Maria Cristina – As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o Governo de D. Jorge. *Militarium Ordinum Analecta*, nº 5. Porto: Fundação Eng<sup>o</sup> António de Almeida, 2001, p. 20-23, onde estão elencados os livros de visita elaborados sob a administração de D. Jorge.

<sup>9</sup> Em Portugal conhecem-se dois regimentos sobre visitas no contexto da Ordem de Santiago: o 1<sup>o</sup> é de 1478 (pelo qual a visita ao mestrado deve ter um carácter constante, permanente e uma periodicidade anual, embora esta cadência anual nem sempre se cumpra) e o 2<sup>o</sup> data de 1508/09. BARBOSA, Isabel – Regimentos e visitas da Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média. In *As Ordens Militares em Portugal. Actas do 1<sup>o</sup> Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991, p. 159-169.

*fotografias*, em sentido metafórico, que oferecem um recorte pormenorizado do património<sup>10</sup>. No caso dos Sanjoanitas, constituem preocupações centrais o cumprimento pessoal da visita por parte da cúpula da hierarquia e a obrigação de reduzir todos os elementos a escrito, de que seria enviada uma cópia autêntica ao Grão-Mestre e Convento<sup>11</sup>. Nos séculos XIII-XV, o Capítulo Geral Sanjoanino elaborou orientações normativas sobre a gestão das comendas e a administração de bens, promulgando cláusulas que se tornaram bastante frequentes nos Estatutos da instituição<sup>12</sup>. Esta abundante produção normativa e as constantes alterações consagradas nos Estatutos deram lugar à redacção de códices, que funcionavam como uma espécie de manual ou *vademecum*, com as principais normas a observar em cada Priorado. Na sequência de uma decisão assumida por D. Afonso de Portugal, Grão-Mestre da Ordem e filho de D. Afonso Henriques, estes textos passaram a conhecer uma versão nas respectivas línguas dos priorados a que se destinavam, tendo em vista uma melhor interpretação e aplicação do seu conteúdo<sup>13</sup>. Em paralelo, as visitas periódicas feitas às comendas também foram alvo de apertada regulamentação, estando previsto um protocolo para a sua realização, já que estas unidades constituíam a base da organização do património da Ordem<sup>14</sup>.

A um nível já mais pontual, mas bastante interessante, no âmbito da Ordem de Santiago, as autoridades competentes sublinham que a mudança das pessoas nas confrontações das propriedades devia ser anotada no momento da visitação, provavelmente com o objectivo de actualizar as referências que permitiam uma

---

<sup>10</sup> Um exemplo deste tipo de fontes pode ser consultado em BASTO, Ana Carolina de Domenico de Avilez de - *A Vila do Torrão segundo as Visitações de 1510 e 1534 da Ordem de Santiago*. Edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto, 2003, p. 139-222, onde é publica a visitação à vila do Torrão feita em 1510.

<sup>11</sup> BIBLIOTECA DA AJUDA, *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fls. 201v-202v. De acordo com o Grão-Mestre Cláudio de La Sengle, pelo menos a partir da década de 50 do séc. XVI, na Ordem do Hospital, a cada 5 anos, cada prior devia visitar toda a área da sua circunscrição pessoalmente e devia escrever tudo e enviar uma cópia autêntica ao Grão-Mestre e convento da Ordem.

<sup>12</sup> B.A., *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fls. 182-200, onde se podem ler as orientações precisas sobre o assunto em epígrafe.

<sup>13</sup> GARCÍA LARRAGUETA, Santos – *Libro de los Estatutos Antiguos de la Orden de San Juan*, p. 4-5.

<sup>14</sup> B.A., *Regra da Ordem de S. João de Jerusalém*, fls. 201v-202v, onde se disserta a propósito *Da forma como se fazem as visitas*. As primeiras visitas do Grão-Mestre à circunscrição portuguesa tiveram lugar em 1140 e em 1156/57, altura em que os Hospitalários se viram obrigados a aumentar o número de províncias, em função do aumento do território que possuíam (*La commanderie. Institution des Ordres Militaires dans l'Occident Médiéval*. Sous la direction d'Anthony Luttrell et Léon Pressouyre. Paris, 2002, p. 12).

localização / identificação mais exacta dos bens<sup>15</sup>. As propriedades ficavam todas assentadas num tomo apenso à visitação, depois de medidas e confrontadas com a vizinhança. Cumpridos estes requisitos, os registos escritos que daqui resultavam eram assinados pelos respectivos foreiros junto a cada uma das verbas, no que constituem palavras que revelam um zelo especial em relação ao domínio e ao cadastro patrimonial. No final da visita espatária a Setúbal em 1510, Diogo Coelho, escrivão da visitação, refere que elaborou o respectivo rol ou lista de bens, a que temos acesso, o que, na óptica do historiador, assume grande significado<sup>16</sup>. A um nível distinto, mas, igualmente, revelador, detectamos informações relacionadas com distâncias ou com a ampliação de edifícios, em função da sua exiguidade em relação às funções a que se destinavam. Assim, e a mero título de exemplo, os moradores (de onde??? .....) pretendem construir uma nova ermida e aí terem capelão, pois a distância à igreja matriz era considerada muito grande<sup>17</sup>. Por sua vez, no caso do Torrão, em 1510, é constatado que é necessário ampliar a igreja, em função do volume de crentes<sup>18</sup>.

Por sua vez, no contexto da prática da visitação, a estratégia de descrição do espaço passa pela observação *in loco* dos bens, utilizando referências geográficas, de índole mais objectiva ou mais intuitiva. Não raras vezes, estas instituições envolvem-se em discussões de confrontações de propriedades (por exemplo, Ordem do Hospital *versus* Ordem do Templo) e, já na transição para a Modernidade, os freires colocaram marcos divisórios com as suas cruces / insígnias, para demarcar e reforçar a sua área dominial. Desta forma, expressam um modelo perimétrico do espaço, o qual se generaliza na Europa Moderna, embora seja aplicado desde os tempos romanos. Este modelo perimétrico remete para segundo plano a descrição do interior do território. Em termos gerais, em Portugal, a preocupação com o conhecimento geográfico do território é tardia; detecta-se, sobretudo, a partir do séc. XVI e só pelos finais do séc. XVIII é que se

---

<sup>15</sup> Publicado por BASTO, Ana Carolina de Domenico de Avilez de - *A Vila do Torrão segundo as Visitações de 1510 e 1534 da Ordem de Santiago*, p. 204 (correspondente ao fl. 36v da fonte documental).

<sup>16</sup> BARREIRO, Poliana Monteiro - *Uma visitação às igrejas da Ordem de Santiago: a vila de Setúbal nos alvares do século XVI*. Edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto, 2005, p. 125-247, onde apresenta a publicação da visitação a Setúbal de 1510. Em concreto, a afirmação de Diogo Coelho a que fizemos referência encontra-se na p. 225.

<sup>17</sup> IAN/TT, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, m. 7, nº 511, fl. 5. Referido Tese da Teresa Seabra, p. 49.....

<sup>18</sup> Publicado por BASTO, Ana Carolina de Domenico de Avilez de - *A Vila do Torrão segundo as Visitações de 1510 e 1534 da Ordem de Santiago*, p. 190.

sistematiza a recolha de informação sobre o território, sobretudo por razões administrativas<sup>19</sup>.

As Ordens do Hospital e do Templo cresceram a partir de importantes *headquarters* que possuíam no Levante, onde vivia o Grão-Mestre e configuraram-se de forma centralizada. Dado que se movimentavam em espaços muito diversos e alargados, tinham que ser versáteis na interpretação do espaço e na produção de orientações normativas que se adequassem aos vários perfis territoriais. Desta forma, definiram um ordenamento geográfico-administrativo bastante complexo. Criaram amplos territórios administrativos a que faziam corresponder altos oficiais, de acordo com um critério linguístico-nacional<sup>20</sup>. De resto, esta estratégia organizativa é decalcada nas instalações conventuais Hospitalárias de Rodes, onde há uma separação destas diferentes circunscrições territoriais, com base na divisão em Línguas, presente nos albergues (instalações onde funcionava a direcção de cada uma destas unidades de perfil nacional) construídos na emblemática Rua dos Cavaleiros. Integradas nestas circunscrições, desenhavam-se outras de menor dimensão, como priorados, bailias, casas, comendas ou preceptorias.

Tendo em conta esta estrutura administrativa de pendor geográfico, é interessante questionar a imagem cartográfica que os órgãos directivos destas Ordens internacionais formulavam dos seus espaços, a forma como os representavam mentalmente e a relação desta imagem cartográfica com uma leitura económica do património, com clara finalidade tributária. Mais: Que noção tinha um comendador do seu núcleo comendatário? Ou mais ainda: Que imagem tinham os outros do espaço que as Ordens ocupavam? A este propósito convém ter presente que há cartulários, como o *Livro de bens de D. João de Portel*, que contêm informação específica sobre as Ordens Militares<sup>21</sup>. Situação semelhante detecta-se em outros cartulários, como, por exemplo, naqueles que foram

---

<sup>19</sup> ..... AULA DE CONCELHOS .....

<sup>20</sup> Este sistema procurava evitar o monopólio dos cargos mais prestigiantes de governo por parte dos grupos mais fortes, como, por exemplo, o do território transalpino. TOMMASI, Francesco – L'ordinamento geográfico-amministrativo dell'Ospedale in Itália (secc. XII-XIV). In *Religiones militares. Contributi alla storia degli Ordini religioso-militari nel medioevo*. Biblioteca di "Militia sacra", 2. Città di Castello, 2008, p. 61-130, sobretudo, p. 64.

<sup>21</sup> *Livro de bens de D. João de Portel*, edição de P. de Azevedo e de A. Braamcamp Freire, ed. Facsimilada. Lisboa: Colibri, 2003. A propósito deste cartulário, tenha em consideração a intervenção de Hermenegildo Fernandes no XXIX Encontro da APHES (Porto, 2009), intitulada *A organização do espaço no "Livro dos Bens de D. João de Portel"*.

produzidos em contexto episcopal e catedralício (como, por exemplo, o *Liber Fidei* de Braga<sup>22</sup>). Os bens patrimoniais que integravam as comendas, fossem eles urbanos ou rurais, poderiam ser, e eram em grande parte das vezes, dispersos e cada comendador poderia gerir mais do que um núcleo comendatário, o que interferia na noção que cada um destes dignitários tinha da área sob a sua responsabilidade. Num primeiro esboço de cartografia da mobilidade dos comendadores de S. João pelas diversas comendas portuguesas, prevalece a tendência de concentração em um ou dois núcleos do património confiados a um mesmo indivíduo, sendo raros os casos de dispersão acentuada<sup>23</sup>.

O processo de formação de comendas é importante para o estudo da forma como as Ordens Militares entendiam os espaços em que se movimentavam. Assim, é fundamental identificar a configuração de cada comenda, o estado do património na fase anterior à sua organização como tal, os factores que contribuíram para uma certa agregação de bens, os grupos sociais envolvidos nesse processo, as formas de delimitação das comendas, bem como de formação e ampliação do património a partir de núcleos primitivos<sup>24</sup>. Analisando o enquadramento social dos indivíduos que ingressaram na Ordem de S. João, vislumbra-se uma sintonia entre as suas mais recentes áreas de fixação e as novas zonas de expansão geográfica da nobreza (por exemplo, a deslocação dos Hospitalários para a Beira, a partir do final do séc. XII)<sup>25</sup>. A factores de natureza

---

<sup>22</sup> COSTA, Avelino de Jesus da - *Liber fidei : sanctae bracarensis ecclesiae*. Braga : Junta Distrital de Braga, 1965-1990.

<sup>23</sup> ALMEIDA, Ema Maria Cardoso de – *A mobilidade no âmbito da Ordem do Hospital: o caso de Portugal na Idade Média*, edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto, 2006, p. 194-229 (mapas 4 a 39). Em paralelo, saliente-se o mapa 40 (p. 231), em que se representa o número de comendadores conhecidos para cada comenda portuguesa entre os séculos XV e XVI, embora o perfil da documentação conservada até aos nossos dias possa distorcer este tipo de exercício.

<sup>24</sup> COSTA, Paula Pinto - As comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos. In *Comendas das Ordens Militares na Idade Média*. Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares, vol. 11. Porto: CEPESE / Livraria Civilização, 2009, p. 9-24.

<sup>25</sup> COSTA, Paula Pinto - A nobreza e a Ordem do Hospital: uma aliança estratégica. In *As Ordens Militares e de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental - Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 605-621 e MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, 2ª edição revista. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 311-312, afirma que no séc. XIV as zonas escolhidas pelas grandes famílias são a Beira e a Estremadura, cujas atraem os indivíduos para sul, como, por exemplo, os Aboins. Cf. MATTOSO, José - *Ricos-homens, infanções e cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimarães & Cª Editores, 1982, p. 234-235. Um bom exemplo da importância das redes de poder familiar pode ser encontrado em SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *Os Pimentéis: percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, p. 149-172, onde se utiliza a expressão “*uma Ordem de família*” relativamente à presença dos Pimentéis no Hospital.

senhorial, relacionados com o domínio progressivo de terras situadas mais para sul, acrescenta-se que este percurso poderá ser sintomático da necessidade destes Cavaleiros se dedicarem à guerra como meio de acumular riqueza e de otimizar os respectivos domínios familiares que se mostravam cada vez menos rentáveis, com a aproximação das dificuldades do séc. XIV. Do ponto de vista geral, a ocupação de áreas mais a sul por parte das Ordens Militares pode corresponder tanto a uma aproximação aos favores régios, como à resposta às necessidades da monarquia, motivadas primeiro por coordenadas militares e depois por questões jurisdicionais e de projecção marítima do reino.

O ritmo de organização de novas comendas e a sua correlação com o avanço para sul dos espaços de fronteira no âmbito da reconquista resulta evidente. A observação da rede de comendas, documentadas para esta cronologia, revela que o Hospital possuía cerca de duas dezenas e meia de núcleos<sup>26</sup>, à semelhança de Avis<sup>27</sup>, e Santiago 31 unidades. No caso Espatário, até 1288, o ramo português constituiu uma comenda no âmbito da organização peninsular, o que explica a existência de uma relação de comendas apenas a partir do mestrado de D. Pedro Escacho<sup>28</sup>. Para a Ordem do Templo não dispomos de informação suficiente para estabelecer de forma segura os núcleos comendatários, no entanto, a rede de fortalezas que detinha implicaria a captação de rendimentos e a sua eficaz gestão, de forma a garantir o financiamento de tão ambicioso projecto em termos de arquitectura militar. De qualquer modo, de acordo com a Ordenação de 1326, a Ordem de Cristo possuía cerca de 4 dezenas de comendas, o que nos pode ajudar a ter uma vaga ideia da dimensão do anterior património do Templo<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Séculos XII-XIV*. Edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto, 1993, p. 115.

<sup>27</sup> CUNHA, Maria Cristina - *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras. Porto, 1989.

<sup>28</sup> CUNHA, Mário Raul de Sousa - *A Ordem Militar de Santiago: das origens a 1327*, edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à FLUP. Porto, 1991, p. 164-169 e 214-230, onde consta esta relação de comendas datada de 1327, altura em que ficou estabelecido que o ramo português contaria com 31 unidades, para além do convento-mor.

<sup>29</sup> Cf. SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa e - *A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)*. *Militarium Ordinum Analecta*. nº 1. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 1997, p. 31 e DIAS, João José Alves – *As comendas de Almourol e Cardiga, das ordens do Templo e de Cristo, na Idade Média*. In *As Ordens Militares em Portugal*. Palmela: Câmara Municipal, 1991, p. 106.

Em termos da estrutura administrativa Hospitalária, em Portugal existiu apenas um priorado, vulgarmente conhecido como Priorado do Crato. Sabemos que há outros reinos onde isto não se verifica, pois as propriedades estavam agrupadas em vários priorados. Algumas hipóteses explicativas da organização de um só priorado, coincidente com o reino português, podem ser colocadas, se bem que careçam de confirmação. Desde logo, podemos estar perante propriedades que ofereciam um baixo rendimento, um território de pequena dimensão e distante dos órgãos centrais de governo (inferior ao actual Portugal continental, dado que a reconquista estava a decorrer quando o priorado foi organizado, antes de 1140, e só foi concluída em 1249), um território que era palco de cruzada e, desta forma, absorvia os seus rendimentos e ficava menos comprometido com as obrigações fiscais devidas à sede conventual, um reduzido número de peregrinos em passagem para a Terra Santa e, que não obrigaria ao grande desenvolvimento de infra-estruturas de apoio muito complexas, embora contrastasse com a intensa frequência dos peregrinos que demandavam Santiago de Compostela, ou, ainda, um reflexo da política unificadora patrocinada pela Família Condal / Real, que se esforçava para dar a maior coesão possível ao Condado / Reino, contrariando a sua fragmentação a diversos níveis. Questões muito semelhantes se podem avançar em relação à inexistência de documentação proveniente de visitas feitas pelas instâncias superiores a estas comendas ocidentais durante o período medieval. Na realidade, em 1140, estava em funções D. Paio, Prior de Portugal e da Galiza<sup>30</sup>, em acumulação de circunscrições, o que é sintomático de uma fase incipiente de organização da Ordem e da necessidade de imprimir articulação à acção desenvolvida no apoio à peregrinação a Santiago, sendo essencial recordar que D. Hugo, bispo do Porto, era muito próximo de Diogo Gelmires, prelado de Santiago de Compostela. Em relação a este aspecto, é de equacionar a grande ligação política entre estes dois espaços, divididos pelo Rio Minho, agregados em torno do reino de Leão, num tempo que antecedeu o acordo de Zamora de 1143. Sublinhe-se que os Priorados de St. Gilles (+/- 1120), de Inglaterra e de Portugal (1140) formam o grupo dos Priorados Hospitalários documentalmente mais antigos.

---

<sup>30</sup> IAN/TT, *Gaveta VI*, m. único, nº 29. Publ., entre outros, por LE ROULX, J. Delaville – *Cartulaire general de l'Ordre des Hospitaliers de S. Jean de Jérusalem (1110-1310)*, I, nº 134; *Documentos Medievais Portugueses, Régios*, I, doc. 260, p. 321-323, com notas a p. 756-758.

Nos séculos XII-XIII, o domínio espacial que as Ordens Militares exerciam estava em permanente alteração, devido ao alargamento constante do território e ao empenho que os freires manifestaram neste processo. Esta fase activa de constituição do domínio territorial foi propícia à acumulação de documentos avulsos e não à produção de cartulários, que no caso das Ordens Militares só adquirem expressão num tempo posterior, como demonstra o *Livro dos Copos* da Ordem de Santiago, redigido por iniciativa de D. João II<sup>31</sup>, e o cartulário de Pedro Álvares Seco da Ordem de Cristo, conhecido como *Livro das escrituras da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo* e elaborado durante a administração de D. Sebastião<sup>32</sup>. Doações régias e particulares contribuía para a acumulação de bens que estavam na base da formação de novas comendas, sendo de sublinhar que este processo estava exposto à interferência de factores externos a estes institutos. A confirmar esta situação, recorde-se a localização estratégica de algumas comendas hospitalárias no contexto dos caminhos de peregrinação a Santiago (prolongando-se as rotas galegas em Portugal, como a Via da Prata, por Orense / Chaves, e o Caminho Português, por Tui / Valença), sobretudo no Norte do reino, para apoio aos peregrinos<sup>33</sup>, e as dos Templários concentradas na linha defensiva do Tejo, por razões militares<sup>34</sup>. Com efeito, no extremo ocidental da Península Ibérica, os Hospitalários adquiriram património disperso, sobretudo através de doações, em que se sublinhava a sua capacidade de remissão dos pecados<sup>35</sup>, e não tanto o reconhecimento do seu mérito militar, o que o fazia estar

---

<sup>31</sup> Publicado na *Militarium Ordinum Analecta*, nº 7. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 2006.

<sup>32</sup> IAN/TT, *Ordem de Cristo / Convento de Tomar*, códices nº 234 e 235.

<sup>33</sup> COSTA, Paula Pinto - *St. John's Order and its role on the pilgrimage and politics: the case of the North of Portugal*. Trabalho apresentado no encontro sobre "Pilgrims and Politics" (Santiago de Compostela, 12 a 14 de Junho de 2008) e entregue para publicação nas respectivas actas.

Situação idêntica é detectada na Galiza, onde as comendas do Hospital se situavam estrategicamente no percurso de todos os caminhos que afluíam a Santiago, pelo que, e de acordo com Isidro García Tato, constituíram a melhor garantia material e espiritual das peregrinações em direcção a este centro. GARCÍA TATO, I. (edit.) – *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén: estudio y edición documental*. Tomo I (Época Medieval). Santiago de Compostela, C.S.I.C., 2004, p. 102.

<sup>34</sup> BARROCA, Mário Jorge – Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séculos XII a XIV). In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simposium Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 535-548, em especial p. 538-540.

<sup>35</sup> COSTA, Paula Pinto – *A Ordem Militar do Hospital em Portugal. Séculos XII-XIV*. Edição policopiada da dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto. Porto, 1993, p. 75-76.

afastado dos espaços meridionais de fronteira e enquadrado numa ampla rede de comendas que se distribuíam pelos espaços da retaguarda<sup>36</sup>.

A presença das Ordens Militares no território português reflecte a sua heterogeneidade. Cada Ordem tem a sua própria área de fixação privilegiada, detectando-se uma correspondência com diferentes modelos de organização do espaço.

As Ordens Militares foram introduzidas no reino com o objectivo de combater, povoar, explorar os espaços que controlavam, enquadrar civil e religiosamente a população que neles habitava, ou seja, acções primordiais no plano da organização do espaço. A forma como actuavam para alcançar estes objectivos, aparentemente, aponta para semelhanças entre si. Porém, é muito discutível a eventual uniformidade do modelo por que enveredaram. Todas elas optaram por agrupar os territórios e direitos que possuíam em comendas, embora não exista uma padronização das comendas, pois as diferenças entre elas são abissais. Com o objectivo de aperfeiçoarmos o nosso conhecimento sobre o espaço controlado por estas instituições, é cientificamente defensável o recurso à documentação produzida na época Moderna<sup>37</sup>, constituída sobretudo por tombos e livros de visita, que contêm a descrição do património imóvel, o que permite perceber alguns traços da sua configuração medieval, tanto ao nível dos edifícios, como ao nível da distribuição espacial das parcelas patrimoniais, o que valoriza estas descrições tardias na óptica do medievalista.

As experiências na área da diplomacia e da administração e gestão de propriedades, encabeçadas pelos freires de S. João, são indicadoras do seu conhecimento do território, independentemente da imagem que nos oferecem do mesmo. As formas que as Ordens Militares usaram para se reportarem ao espaço estão profundamente dependentes da descrição do seu património imóvel e da sua estrutura organizativa, marca da sua identidade. Podemos falar, assim, da representação do espaço nas fontes escritas e do espaço enquanto elemento de

---

<sup>36</sup> BARROCA, Mário Jorge – Os castelos das Ordens Militares em Portugal (séculos XII a XIV) ..., p. 538-540.

<sup>37</sup> MONTESANO, Nicola; PELLETTIERI, Antonella – La Commenda di Grassano attraverso un inédito cabreo del 1737. In *Gran Priorato di Napoli e Sicilia del Sovrano Militare Ordine di Malta. Quaderni*, nº 2. Taranto – Palazzo Ameglio: Centro Studi Melitensi, 2004, onde se pode ver um exemplo da aplicação desta inovadora metodologia de estudo da documentação posterior com o objectivo de reconstituir aspectos medievais.

representação das Ordens, na medida em que projectam nele a sua própria identidade.